

LEI Nº 2.653 DE 04 DE ABRIL DE 2005.

(Revogada pela Lei nº 3.005/2009)

**~~DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO E
A ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO
MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL – CMDRS, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.~~**

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:~~

**~~CAPÍTULO I
Dos Objetivos e Atribuições~~**

~~**Art. 1º** — Fica reestruturado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDRS, órgão deliberativo e de funcionamento permanente do governo municipal de Alegre.~~

~~**Art. 2º** — Tem como competência:~~

~~I — Difundir, na área do município, as ações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, através das prioridades relacionadas pelas comunidades, visando a elaboração participativa do Plano de trabalho que venha a atender as aspirações do município voltado para a Agricultura Familiar;~~

~~II — Avaliar e priorizar as políticas constantes do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;~~

~~III — Orientar, acompanhar, fiscalizar, avaliar, deliberar e assistir, de acordo com as necessidades dos beneficiários e com as possibilidades do CMDRS, a agricultores familiares e suas associações com vistas ao apoio e com desempenho das ações do PRONAF, no município, que venham a gerar emprego, renda e o exercício da cidadania aos Agricultores Familiares;~~

~~IV — Promover o intercâmbio e a integração dos vários segmentos do setor agrícola vinculados à produção, comercialização, armazenamento, abastecimento industrialização e transporte para possibilitar o desenvolvimento do setor;~~

~~V — Discutir e analisar projetos relativos à agropecuária, à utilização do solo rural e ao abastecimento alimentar em execução no município e região, que forem de interesse da comunidade; "~~

~~VI — assessorar o Poder Executivo Municipal em matérias relacionadas à agropecuária, agroindústria e ao abastecimento alimentar.~~

~~VII — manter o intercâmbio com os conselhos similares, visando o encaminhamento de reivindicações de interesse comum;~~

~~VIII — Apresentar às autoridades executoras do município o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – PMDR, já analisado e aprovado, além de servir de subsídio para a elaboração do orçamento e programas de aplicação de recursos financeiros durante a vigência do plano.~~

~~IX — Incentivar a criação de cooperativas e associações distritais para atender os pequenos produtores e agricultores familiares;~~

**~~CAPÍTULO II
Da Composição e Forma de Atuação~~**

~~**Art. 3º** — O mandato dos membros do CMDRS será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período, e o seu exercício iniciar-se-á sempre no primeiro dia útil do mês de março imediato ao término de cada biênio e sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado serviço relevante prestado ao Município.~~

~~**Art. 4º** — Atendendo as orientações emanadas do Ministério da Agricultura e do Abastecimento — M.A.A., para a criação do CMDRS, fica definido a sua paridade entre os representantes das esferas pública do município e das representações dos Agricultores Familiares.~~

~~**Art. 5º** — Integram o CMDRS como membros efetivos;~~

~~I — Da esfera pública:~~

- ~~a) o Prefeito Municipal ou seu representante;~~
 - ~~b) o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;~~
 - ~~c) o Secretário Municipal de Educação;~~
 - ~~d) o Secretário Municipal de Saúde;~~
 - ~~e) um representante do INCAPER no município;~~
 - ~~f) um representante do Ministério Público;~~
 - ~~g) um representante da Câmara Municipal de Alegre;~~
 - ~~h) um representante do CCAUFES;~~
 - ~~i) um representante da EA F A~~
- ~~II — Dos representantes dos agricultores e familiares:~~
- ~~a) um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegre-ES~~
 - ~~b) oito (08) representantes dos Agricultores Familiares.~~

~~**§ 1º** — Entende-se como agricultores familiares os que exercem a atividade de regime de economia familiar onde o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração sem a utilização de empregados.~~

~~**§ 2º** — As participações das entidades de apoio e dos representantes dos agricultores familiares poderão ser aumentadas pelo CMDRS mediante justificativas ao Executivo Municipal que restabelecerá a paridade de seus representantes.~~

~~**§ 3º** — para cada membro efetivo caberá um suplente com direito a voto, apenas na ausência do titular.~~

~~**Art. 6º** — No início de cada mandato, sempre no primeiro dia útil de março de cada ano e na primeira reunião do CMDRS será eleita pelos membros integrantes com direito a voto, em votação secreta a sua diretoria constituída do seu presidente, dos primeiros e segundo secretários e um tesoureiro.~~

~~**Parágrafo Único** — As decisões do CMDRS são soberanas e os integrantes mencionados no art. 5º desta lei são todos elegíveis, ainda que sem direito a voto.~~

~~**Art. 7º** — As reuniões do CMDRS serão abertas ao público que terá direito a voz.~~

~~**Art. 8º** — As reuniões constituem o único instrumento de deliberação do CMDRS, realizadas ordinariamente a cada mês. e extraordinariamente quando convocadas pelo seu presidente ou por 1/3 (um terço) dos seus membros titulares.~~

~~**Art. 9º** — As reuniões deliberativas só poderão ocorrer com a presença mínima de 50% (cinquenta por cento) dos Conselheiros com direito a voto.~~

~~Parágrafo Único — As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas por convite entregue mediante protocolo a cada conselheiro com a antecedência mínima de 10 (dez) dias.~~

~~**Art. 10** — O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável poderá, para o bom desempenho de suas funções, convidar quaisquer entidades a fim de lhe prestarem apoio.~~

~~**Parágrafo Único** — Os prestadores de apoio técnico administrativo do CMDRS terão direito apenas a voz.~~

~~**Art. 11** — O CMDRS elaborará o seu Regimento Interno no período máximo de 30 (trinta) dias, a partir da promulgação desta Lei, obedecendo-lhe os princípios fundamentais, quanto aos objetivos, composição, atribuições e funcionamento.~~

~~**Art. 12** — A presente Lei não gerará ônus para a municipalidade, onde a participação dos membros, será considerada como serviço relevante ao público.~~

~~**Art. 13** — O Prefeito Municipal, mediante portaria, nomeará cada membro do Conselho e seu suplente, cuja função, considerada de interesse público relevante, será a título gratuito, com o mandato de 02 (dois) anos, podendo ser, todos os membros nomeados por mais 02 (dois) anos consecutivos, desde que as entidades a que representam estejam de pleno acordo, de que as pessoas por elas indicadas, continuem representando-as junto ao CMDRS.~~

~~**Art. 14** — No prazo de 30 (trinta) dias a diretoria executiva do CMDRS apresentará para aprovação legislativa o seu Regimento Interno.~~

~~**Art. 15** — A implementação das políticas do CMDRS será procedida com recursos financeiro e de materiais permanentes, constantes das dotações orçamentárias das Fazendas, Federal, Estadual e Municipal a serem obtidos mediante convênios.~~

~~**Art. 16** — A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.~~

~~**Art. 17** — Ficam revogadas, a Lei nº 2.508, de 30 de agosto de 2001; a Lei Municipal nº 2.637 de 18 de agosto de 2004, e todas as demais disposições em contrário.~~

Alegre (ES), 04 de abril de 2005.

DJALMA DA SILVA SANTOS

—— **Prefeito Municipal**

~~Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.~~